

A campanha de Canudos

Márcio Tadeu Bettega Bergo ^a

Resumo: *A Insurreição de Canudos* foi um conflito, no sertão baiano, que logo se transformou em guerra civil.. Frutos de miséria, ignorância, misticismo e superstição, os conflitos eram insuflados e liderados por indivíduos que se diziam religiosos ou profetas. Um deles, *Antônio Vicente Mendes Maciel*, cearense, perambulava pelo Nordeste angariando seguidores e chegou, em 1893, à região da Serra do Cocorobó, às margens do rio Vaza-Barris. Ali, a leste da vila de Uauá, encontrou uma pequena aldeia abandonada, chamada “Canudos”, onde fundou um arraial, ao qual deu o nome de “Belo Monte”. Com suas pregações e atos, angariou má vontade da Igreja Católica, atraiu a ira de “coronéis” da região, e estabeleceu confusões com o governo. Considerado um “anticristo”, e com o apelido de *Antônio Conselheiro*, moveu um ataque a uma força policial em Masseté, provocando a interferência do Estado da Bahia. Tal iniciou em 7 de novembro de 1896, com uma primeira expedição policial, que não teve sucesso. Mais três se seguiram, com tropas do Exército, Guarda Nacional e Polícias Militares, que foram enviadas para debelar ao levante. O êxito somente foi obtido após considerável aumento de efetivos, reformulação da sistemática de apoio e emprego de armamento de maior poder de destruição. Cento e poucos anos passados daqueles episódios, analisamos o Brasil atual, onde identificamos que muitos dos problemas então existentes seguem sem solução, apesar dos progressos alcançados. Os estudos dos conflitos servem para, além de se compreender o que aconteceu, termos subsídios para formatar o futuro que desejamos para nosso País.

Palavras Chave: Insurreição, messianismo, guerra civil, operações em localidades, problemas nacionais.

INTRODUÇÃO

O chamado “Levante de Canudos”, acontecido entre 7 de novembro de 1896 e 5 de outubro de 1897, foi uma revolta, também

conhecida como Insurreição de Canudos, no interior da Bahia, conflito que logo se transformou em guerra civil.

Já desde 1895, várias escaramuças se verificavam no Sertão do

^a General de Brigada, presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Cariri, especialmente na região entre Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, local de serras, caatinga, rios pequenos, poucos caminhos, vilarejos paupérrimos, vivendo economia de subsistência. Tais ocorrências eram frutos de miséria, da ignorância, do misticismo e da superstição, geralmente encabeçados por indivíduos que se autoproclamavam “religiosos”, “curandeiros” ou mesmo “profetas”.

Fig. 1 - Sertão do Cariri



Fonte: IBGE

Estes movimentos, ressalte-se, não eram “privilégio” do Nordeste. Fatos semelhantes aconteceram (ou aconteceriam) também em outras regiões de um Brasil recém-transformado em República e ainda se organizando economicamente em virtude da abolição da escravidão. São objetos de estudos neste compêndio, que abrange o período situado logo após o 15 de novembro de 1889, a chamada “República Velha” ou “1ª República”, surgida imediatamente em seguida ao período dos dois primeiros presidentes, militares, conhecido como “República da Espada”.

Nosso objetivo aqui é rememorar os fatos, analisar suas causas e consequências. E, mais ainda, colher ensinamentos que sejam úteis para o futuro do nosso País.



O BRASIL DA ÉPOCA

Em 1895, a novel República contava com uma população de cerca de 15,5 milhões de habitantes. Destes, 85% viviam no campo e 65% eram analfabetos. Como indicadores de sanidade, aconteciam 29,1 mortes por 1.000 habitantes e a expectativa de vida média era de 32 anos. A capital, Rio de Janeiro, maior cidade brasileira, contava 691,6 mil almas e era seguida por São Paulo (239,9 mil), Salvador (205,8 mil), Belém (166,1 mil) e Recife (113,1 mil).

Éramos uma nação essencialmente agrícola, produtora de matérias primas. As exportações se compunham majoritariamente de café, que respondia por 65% das receitas. Este produto era secundado pela borracha, com 15%, e o restante se completava com açúcar, cacau, algodão, couro, peles, fumo e mate. Importávamos quase tudo em termos de bens de consumo.

No campo político e social, vivíamos a efetiva consolidação do movimento republicano, ocorrido apenas seis anos antes. Tivemos

um Governo Provisório até 1891, quando foi promulgada a primeira Constituição republicana, em 24 de fevereiro. A 25 de fevereiro, houve a eleição indireta do marechal Manuel Deodoro da Fonseca, que, em meio a uma crise, dissolveu o Congresso, em 3 de novembro, e no dia 25 deste mesmo mês renunciou à presidência. O Vice, marechal Floriano Vieira Peixoto, assumiu o governo.

Logo em seguida eclodiu, no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista, que duraria de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Simultaneamente, deu-se a Revolta da Armada (ou Revolta **na** Armada), de setembro de 1893 a março de 1894. Estes dois movimentos são retratados em outros capítulos desta obra.

Assim, em meio a crises e revoltas, verificava-se um embate tácito entre “civilistas” (que advogavam um governo civil) e “florianistas” (apoiadores e partidários do marechal Floriano). Neste ambiente, aconteceu, em 1894, a eleição de Prudente José de Moraes Barros, advogado e político, que fora pre-



sidente (governador) de São Paulo, senador e presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891. Foi o primeiro civil a assumir o cargo e o primeiro presidente por eleição direta. Representava basicamente a elite dos cafeicultores paulistas.

Se na parte mais, digamos, rica da nação existiam sérios problemas sociais e econômicos, no Nordeste a situação era bastante mais precária. Coexistiam grandes latifúndios improdutivos, propriedades de “coronéis”, senhores locais, “heranças” dos antigos engenhos de açúcar e muita pobreza, em meio a permanentes crises financeiras. Completando o quadro, verificavam-se secas cíclicas, desemprego crônico, com escravos vagando a esmo, desordens no sertão e surtos de “messianismo”, onde pseudoprofetias e curandeiros apregoavam fantasias a uma gente impregnada de crenças em milagres.

O chamado “Sertão Nordestino”, do qual o Cariri é uma parte, contava, como já mencionado, com relevo de algumas serras, panorama de caatinga e rios pequenos,

raríssimas estradas, que eram pouco mais que caminhos carroçáveis, conectando localidades pobres e miseráveis. A Estrada de Ferro Bahia a São Francisco ligava Salvador a Juazeiro, passando por Serrinha e Queimados.

A vida ali era muito difícil. Vivia-se na verdade uma “economia de subsistência”, numa sociedade semifeudal. Os mais afortunados se alimentavam de carne e leite, este consumindo coalhado ou como queijo. A farinha de mandioca, legado indígena, foi adicionada à carne, dando origem à “paçoca”, ainda hoje um alimento típico da região.

Em resumo, as características geográficas, somadas às condições sociais e econômicas do Nordeste brasileiro formavam um “coquetel” propício a conflitos e revoltas sociais. Os “ingredientes” miséria, ignorância, misticismo, superstição e banditismo forneciam “combustível” mais do que suficiente para explosões de problemas. Para completar, o quadro era “emoldurado” pela omissão e negligência do Estado.



O LÍDER ANDARILHO

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim, Ceará, em data incerta (1826 ou 1828), em meio a lutas entre clãs familiares, “Maciéis” versus “Araújo”. Sua infância e juventude foram sofridas, perdeu o pai ainda jovem. Casou-se, mudou-se, em 1861 para Ipu (também no Ceará), foi traído pela esposa, que o abandonou. Casamento desfeito, fez voto de castidade. Fracassou como pequeno comerciante, abandonou os estudos eclesiásticos e então se dedicou a uma vida católica, praticante de um cristianismo primitivo. Sua atuação nesta área logo redundou em fanatismo, iniciando uma rotina de peregrinação, orações, penitência e pregações pelo sertão, em companhia de um crescente grupo de fiéis que o seguia.

Intitulou-se “Enviado de Deus” já ao começar suas andanças, por volta de 1873. Por cerca de vinte anos perambulou pelo Nordeste, onde angariou seguidores, ampliando mais e mais o seu “rebanho” de fiéis. Devoto da Virgem

Maria, defendia a ortodoxia religiosa católica, abordava, nas pregações, temas como terra prometida, costumes, política, condições da vida material etc. Promovia novenas, festas, batizados, transferindo os ganhos financeiros para a Igreja. Nesse período, seu grupo era até bem recebido por párocos que lhe permitiam as pregações e por proprietários rurais, que lucravam com mão de obra grátis e pacífica para algumas obras. Nessas jornadas, teceu uma extensa rede de aliados, tornando-se compadre dos pais de várias crianças por ele batizadas, sendo Nossa Senhora a madrinha. Muitas destas pessoas, futuramente, iriam acorrer a Canudos. No período, além das pregações, também realizava trabalhos de pedreiro, atuando na construção e reparos de igrejas, açudes, tanques, cemitérios e estradas. Em 1876, fora preso, sob acusação (depois comprovada como falsa) de assassinato da mãe e da esposa. Considerado inocente, ao ser libertado prometeu construir igrejas e reparar cemitérios pelo sertão, na Bahia e Sergipe.



Em 1882, foi proibido, pelo arcebispo da Bahia, de pronunciar sermões nas igrejas, sob o argumento de que não era sacerdote católico regularmente ordenado. Inevitavelmente, teve outros problemas com a polícia e foi dado, pelas autoridades, como louco.

Nos anos logo seguintes à proclamação da República, Antônio liderou protestos com queima das tabelas que continham os editais de impostos criados pelo novo governo. Isso ocorreu em várias localidades baianas, como Bom Conselho, Itapicuru, Soure, Amparo e Bom Jesus.

Em 1893, chegou, com seus seguidores, a uma região às margens do rio Vaza-Barris, curso de água perene, que em seus 450 km de extensão, banha os estados da Bahia e de Sergipe. Sua nascente localiza-se no sopé da Serra dos Macacos, sertão da Bahia, e a foz na praia do Mosqueiro, em Aracaju.

Aquela área era escassamente povoada desde o século XVII, com

pequena atividade pecuária e missões jesuítas destinadas à catequese dos indígenas locais, de etnia *kiriri*. Por volta do final do século XVIII, surgira, a leste da vila de Uauá, uma pequena aldeia, chamada “Canudos”, devido ao canudo-de-pito, (*senna bicapsularis*, árvore da família das fabáceas, sub-família *caesalpinioideae*), típico da região, vegetal longo que, quando cortado, resultava num cilindro oco, utilizado para fabricar cachimbos de barro. Segundo Euclides da Cunha (*Os Sertões*), tais cachimbos eram “de metro de extensão”.

A aldeia, de cerca de cinquenta casas, estava abandonada desde 1890, quando os andarilhos chegaram, em 1893. Estabelecendo-se no local, Antônio ali fundou um arraial, ao qual deu o nome de “Belo Monte”. Designação, ressalte-se, que não fazia jus à sua localização, pois situava-se num vale cercado por colinas e não sobre alguma delas.



Fig. 2 - Imagem de Conselheiro, frente ao Museu, na atual Canudos



Fonte: Museu Histórico de Canudos

Paulatinamente, ocorreu o crescimento da vila, enquanto o líder carismático propalava suas ideias pelo entorno. Ele pregava, em seus sermões, que os crentes com trabalho duro e seguidores dos preceitos da moral cristã ficariam sob proteção espiritual contra o mundo secular em corrupção.

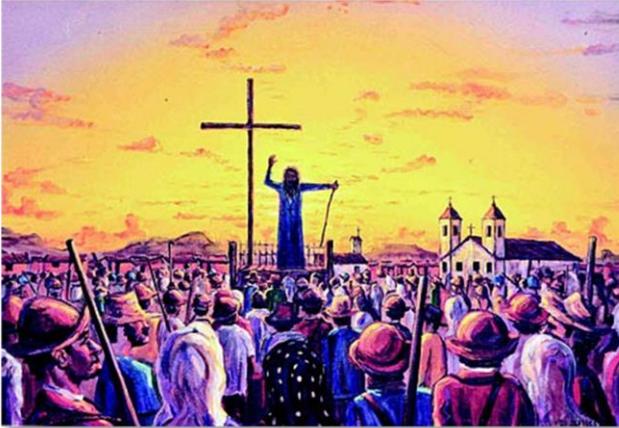
Antônio ficara revoltado com a proclamação da república, em 1889, e pregava a união entre Igreja e Estado. Dizia que um Estado sem religião seria uma artimanha do “anticristo” para dividir as pessoas. Ele não aceitava o fim da

monarquia - em sua opinião, o Imperador fora posicionado no trono por Deus e o povo não tinha o direito de retirá-lo. Suas pregações incluíam ainda o fim da cobrança de impostos, além da extinção do casamento civil. Reforçava sua condição de “Enviado de Deus”, que recebera a missão de liderar um movimento contra injustiças e diferenças sociais.

A essa altura, já era regionalmente conhecido como “Antônio Conselheiro”.



Fig. 3 – Representação artística do arraial



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

O ARRAIAL DE CANUDOS

A vila, agora intitulada “Império do Belo Monte”, era uma sociedade igualitária, de produção comunitária e propriedade coletiva. Praticava uma economia de subsistência, cultivando mandioca, milho, feijão, cana de açúcar e criando cabras.

A liderança era essencialmente religiosa, com regras rígidas de conduta por parte dos seus habitantes. A residência ali somente era permitida sob autorização. O grupo acreditava em vida nova após o

juízo final e na volta do rei português D. Sebastião.

Existia uma praça central, o Quadrado Santo, com duas igrejas em lados opostos dela, onde se praticavam as rezas. O sino do campanário da igreja de Santo Antônio (“Igreja Velha”) ressoava todos os

finais de tarde conclamando os moradores. Um das ruas com algumas casas de alvenaria, com telhas, e outras ruas ao redor com casas mais simples, paredes de barro e cobertas por folhas de icó (*capparis yco*, árvore de pequeno porte, de folhas compridas e estreitas, pertence à família *capparaceae*).

O arraial mantinha relações comerciais com as localidades próximas e até mesmo com alguns poderosos e famílias que assistiam aos sermões do Conselheiro na igreja. Inexistindo moeda, as tran-



sações se valiam do “escambo” ou de “vales”. Com a recusa ao pagamento de impostos, consideravam-se independentes do restante do Brasil.

Foi estabelecida uma estrutura de “Governo”, formado por “Apóstolos”. Dentre estes, se destacavam um chefe da Guarda Católica (Calixto, guarda da Igreja), um chefe do povo (João Abade), um “olheiro” (Beatinho, encarregado da vigilância), um sineiro (Tramela), um armeiro (Antônio Vilanova), um curandeiro (Manuel Quadrado). Completavam a “equipe” os comandantes da guerra (Pajeú, Macambira), o espião (Chico Ema, obtendo informações externas), guardas de estrada e beatas (auxiliares gerais). Armas e munição eram obtidas de comerciantes, de fazendeiros e mesmo subtraídas da polícia.

Em seu apogeu, os habitantes do reduto (pejorativamente chamados de “pelados”) se

acomodavam em cerca de 5.200 casebres e na área de influência existia uma população aproximada de 25 mil pessoas, que consideravam o arraial como a “terra prometida”.

A presença desta comunidade, com tais características, provocou insatisfação da Igreja Católica, que perdia os fiéis que resolviam seguir o Conselheiro. Sua fama de “milagreiro” era muito mal vista pelas autoridades religiosas.

O arraial também despertou ira nos “coronéis” da região, cujos trabalhadores desertavam frequen-

Fig. 4 – Área de influência do Conselheiro



Fonte: História do Exército Brasileiro



temente e se aliavam ao “Império”. Como se não bastasse, os políticos perdiam uma “clientela” cativa, homens utilizados nas eleições com o “voto de cabresto”.

A localidade, com o tempo, foi mais conhecida pelo apelido de “Canudos”, da antiga aldeia, epíteto que era aplicado pelos oponentes e detratores que, com isso, buscavam neutralizar ou reduzir a influência do Conselheiro, negando a este o carisma do nome original por ele escolhido. Assim, o “Arraial” ou “Império” de Belo Monte passaria à História com o nome de Canudos.

As relações do governo com o vilarejo se complicavam cada vez mais. As autoridades passaram a considerar aqueles sertanejos como fanáticos religiosos e rebeldes monarquistas perigosos. Já em 1895 se registraram escaramuças localizadas e pequenos embates pela região.

Começou, então, a interferência do Estado da Bahia. Conselheiro, classificado como o verdadeiro “anticristo”, liderou, nessa época, em Masseté (ou Maceté), um ata-

que a uma força policial de um tenente e 30 soldados, derrotada no entrevero. Também entraram em ação negociadores religiosos, numa tentativa de pacificação, sem sucesso. O arcebispo da Bahia enviou dois capuchinhos italianos e o padre da cidade de Cumbe, para resolver a questão. De volta a Salvador, um dos capuchinhos escreveu um relatório sugerindo intervenção do governo, com o argumento que os canudenses não queriam pagar impostos nem obedecer à Igreja Católica oficial.

A imprensa, os militares e as autoridades passaram a utilizar a palavra jagunço para designar aquela gente que seguia a liderança de Antônio Conselheiro. O termo, originalmente, significava uma arma, haste de metal com uma ponta aguda de ferro. Posteriormente, pelo seu uso, passou a designar um guarda-costas ou capanga de proprietários de terras, políticos e poderosos em geral. Com esta campanha, ganhou um novo significado, o de “criminoso armado”.

Além das avaliações políticas



equivocadas, da pobreza e da religiosidade, mal-entendido sobre uma venda serviu como estopim da violência - a comunidade encomendara madeira em Juazeiro, para continuar as obras na igreja da vila e realizou previamente o pagamento do material. Porém, com atraso na entrega, surgiram boatos de que os canudenses iriam até a cidade tomar a madeira à força. Autoridades locais, temerosas de uma invasão, solicitaram tropas ao governo da Bahia.

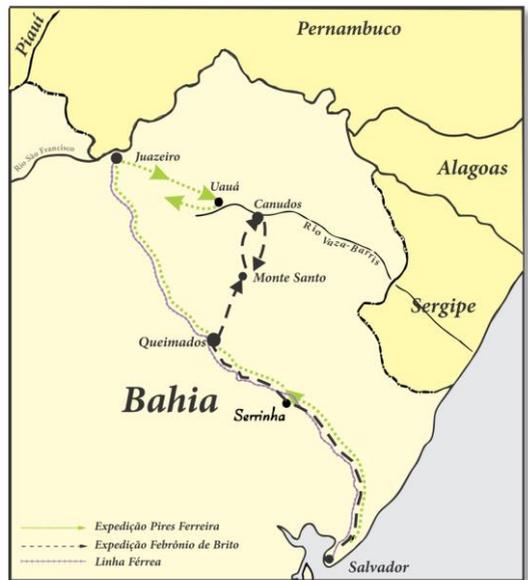
Daí para a guerra propriamente dita, foi um passo.

Já se vislumbrava o emprego do Exército. As palavras do coronel Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo, então comandante do 9º Batalhão de Infantaria, foram proféticas: “Aqui há um osso duro de roer, mas ninguém quis tocar nele, por conveniências políticas e outros pelo receio de sua resistência. É uma bomba tremenda, que vai reventar nas mãos do Exército”.

INTERVENÇÃO

A intervenção estatal armada se iniciou em outubro de 1896, quando as autoridades de Juazeiro apelaram para o governo baiano em busca de uma solução. A 7 de novembro, partiu de Salvador para aquela cidade uma Expedição, sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira. Era um destacamento policial de 3 oficiais e 104 praças, armado com fuzis Mannli-

Fig. 5 – Primeira e segunda expedições



Fonte: História do Exército Brasileiro



cher M1888. Depois de deslocamento ferroviário até Juazeiro, seguia em direção ao arraial, quando foi atacado por um grupo de conselheiristas, travando combate em Uauá, a 21 de novembro. Com falta de munição e víveres, vários mortos, sofrendo incêndios e saques, a tropa efetuou uma retirada.

O fato recebeu atenção da imprensa, que divulgou que os canudenses eram monarquistas, católicos, que tinham apoio de países estrangeiros e eram conspiradores visando derrubar a República e restaurar a monarquia escravocrata.

Agora cientes de que sofreriam novas investidas do governo, os jagunços fortificaram os acessos ao arraial.

Em 26 de novembro, partiu uma segunda Expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito, com 557 efetivos, oficiais e praças, entre Exército e policiais. Além dos fuzis Mannlicher M1888, a tropa contava com metralhadoras Nordenfelt 11mm e dois canhões Krupp C/24 75mm. A tropa deslocou-se de trem de Salvador até Queimados, de onde partiu para

Monte Santo. Efetuou, entre 16 e 18 de janeiro de 1897, combates em Mulungu (contato com os rebeldes) e em Cambaio (operação de ataque). Sofreu contra-ataque em Tabuleirinho. Igualmente por falta de víveres e munição, fracassou e empreendeu retirada em 19 de janeiro, dirigindo-se a Monte Santo.

As repercussões dos insucessos acarretaram divergências de pontos de vista e críticas, evidenciando a falta de planejamento. A opinião pública estava alvoroçada, com má avaliação das missões malsucedidas. Em adição, surgiram melindres políticos, envolvendo a autonomia do estado (Bahia) e a posição do Distrito Militar, que considerava a situação uma “ofensa à dignidade do Exército”, colocando as “instituições em risco”.

Na capital do país, o Governo Federal, sob pressão de políticos “florianistas”, que viam em Canudos um perigoso foco monarquista, assumiu a repressão. A notícia da vinda de tropas regulares à região atraiu para lá pessoas, oriundas de várias áreas do Nordeste, dispostas

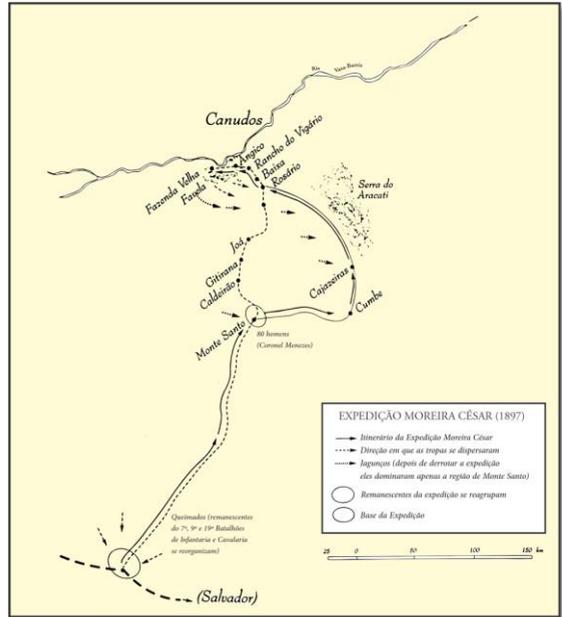


a lutar em defesa do “homem santo”. Eram sertesnejos remanescentes da rede de contatos estabelecida por ele anos antes, em suas andanças.

Assim, em virtude dos reveses anteriores e da fama cada vez maior do Conselheiro, as operações passaram a ser determinadas diretamente da Capital Federal. Os preparativos envolveram aumento dos efetivos, acúmulo de material bélico, cálculo mais minucioso das necessidades em víveres (inclusive prevendo racionamentos) e medidas de proteção frente ao inimigo. Havia, porém, má vontade entre as tropas, desmotivadas.

Organizou-se, então, a terceira Expedição, agora comandada pelo coronel Antônio Moreira César, oficial “florianista”, que fora comandante em Desterro (atual Florianópolis), durante a Revolução Federalista em 1893. Competente e temperamental, mas de saúde fraca,

Fig. 6 – Expedição Moreira César



Fonte: História do Exército Brasileiro

tinha os apelidos de “Treme Terra” e “Corta-Cabeças”, era conhecido por sua valentia e ferocidade. Sua missão, contudo, não era perfeitamente definida, o que redundou em planejamento falho.

O grupamento partiu, via ferroviária, de Salvador para Queimadas em 7 de fevereiro de 1897, numa força constituída por 1.300 homens em quatro batalhões de



Infantaria, 7º, 9º, 33º e 16º (-), 200 policiais militares, um esquadrão de Cavalaria do 9º Regimento de Cavalaria e uma bateria de Artilharia do 2º Regimento de Artilharia Montada. A tropa estava armada com fuzis Mannlicher M1888 e metralhadoras Nordenfelt 11mm, a Artilharia com quatro canhões Krupp C/24 75mm e um Withworth 32, arma que ganharia o apelido de “matadeira”. O efetivo incluía ainda dois engenheiros militares e contava com ambulâncias. De Queimadas, deslocou-se a Monte Santo, onde montou uma base de operações. Dali empreendeu movimento a Canudos no itinerário Cumbe, Cajazeiras, Angico e Fazenda Velha. Desencadeou os ataques a partir do dia 3 de março.

O armamento desgastado, a pouca munição e a logística insuficiente redundaram em fracasso nos combates em Pitombas, Angico e Fazenda Velha. Já por volta das 10h daquele mesmo dia, a vanguarda chegara a 800m de Canudos, após uma preparação de Artilharia. Esta, se aproximou, a braço, para 400m. Às 11h deu-se a inves-

tida final, que resultou em um verdadeiro desastre. Moreira César foi gravemente ferido e o segundo oficial mais antigo, Tamarindo, assumiu o comando.

Com a morte de Moreira César, no dia seguinte, a situação se complicou. A decisão, uma vez mais, foi a retirada. Seria uma retirada organizada. Contudo, assim que foi iniciada a marcha, a coluna sofreu ataque inimigo. O capitão José Agostinho Salomão da Rocha, comandante da Artilharia, foi encarregado de garantir a retirada e guardar os feridos. A tropa formou o tradicional quadrado (manobra típica da época, alinhamento para o combate), mas não resistiu às investidas dos conselheiros. A confusão se estabeleceu e a retirada ficou desordenada, todos em tentativa de resistência. Na refrega, aconteceram as mortes de Tamarindo e de Salomão da Rocha. O movimento retrógrado se transformou em debandada, com abandono dos feridos e chacina dos prisioneiros.

As repercussões deste novo fracasso foram intensas, clamava-



se que “a República estava em perigo”. Houve muita animosidade da imprensa, pipocavam opiniões dos governadores acerca das nomeações dos comandantes, falava-se do despreparo das tropas e outras críticas.

Por outro lado, no Governo Federal aconteciam turbulências, com desentendimentos e trocas de funções. No período (lembrando que Canudos aconteceu logo depois da Revolução Federalista e da Revolta na Armada, ou seja, quase simultaneamente àqueles conflitos), a pasta da Guerra (depois Ministério do Exército e hoje Comando do Exército, subordinado ao Ministério da Defesa) teve cinco ocupantes, sendo que dois deles em mais de uma ocasião: Bernardo Vasques (15 Nov 1894/23 Out 1896), Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (23 Out 1896/04 Jan 1897), Francisco de Paula Argolo (4 Jan 1897-17 Mai 1897), Carlos Machado Bitencourt (17 Mai 1897-2 Ago 1897 e 27 Out 1897-5 Nov 1897) e João Tomás de Cantuária (2 Ago 1897-27 Out 1897 e 6 Nov 1897-15 Nov 1898).

Mesmo na chefia da nação havia desentendimentos, pois Prudente de Moraes mantinha divergências políticas com seu vice Manuel Vitorino Pereira (baiano, que assumiu interinamente o governo entre 10 Nov 1896 e 3 Mar 1897, quando o presidente se licenciou por questões de saúde). Manoel Vitorino, inclusive, seria, posteriormente, acusado de envolvimento no atentado que, visando atingir Moraes, tirou a vida do ministro Bitencourt, quando do regresso das tropas.

No campo externo, o Brasil estava recém-saído de um desgastante litígio internacional com a Argentina, a “Questão de Palmas”. Aquele País reclamava a posse do território oeste dos Estados Santa Catarina e Paraná, o processo de arbitragem durou de 1890 a 1895. A solução, favorável ao Brasil, foi dada pelo presidente norte-americano Stephen Grover Cleveland. Nosso advogado foi José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, e Chanceler o general Dionísio Cerqueira (que seria, depois, ministro da Guerra,



em meio à campanha).

Some-se a isso tudo o fato de que muitas tropas se encontravam exauridas pelos combates no Sudeste/Sul (Revolução Federalista e Revolta na Armada), além das enormes dificuldades em se deslocarem grandes efetivos de um extremo ao outro do País. Fora as dificuldades logísticas e financeiras. Todos estes fatores juntos dificultavam em muito as decisões do Ministro da Guerra que estivesse no cargo, bem como as medidas de preparação das tropas.

Assim, foi organizada uma nova expedição, a quarta, agora a comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, então comandante do 2º Distrito Militar, em Recife, que se pôs em movimentação a partir de 27 de março de 1897. Os principais chefes selecionados eram, todos, “florianistas”.

A tropa, num total de 3.000 homens, era composta por seis brigadas de infantaria, o 5º Regi-

mento de Artilharia (reforçado) e o 9º Regimento de Cavalaria (reforçado). Estava armada com carabinas Comblain e fuzis Mannlicher M1888, contava também com metralhadoras Nordenfelt 11mm, canhões Hotchkiss 47mm, Krupp C/24 75mm e Withworth 32. Em adição, uma comissão de engenheiros. A manobra previa um duplo envolvimento, por duas colunas de três brigadas cada uma, com a junção ocorrendo em Canudos. Uma reunião prévia dos titulares das diversas unidades definiu mais detalhadamente os planos e verificou-se o estado de adestramento da tropa. Algumas poucas unidades contavam com os novos fuzis Mauser 7mm, modelo 1894 bem como, ainda, a Artilharia levou uma peça Canet 150mm, modelo 1890, de alma raiada hexagonal. Estas armas, contudo, foram muito pouco usadas, pelo final da campanha e pela pequena quantidade.



general Cláudio do Amaral Savaget e se compunha das 4^a, 5^a e 6^a Brigadas, comandadas respectivamente pelos coronéis Carlos Maria da Silva Telles (depois general), Julião Augusto da Serra Martins e Donaciano de Araújo Pantoja.

Iniciados os movimentos, o cerco foi devagar se configurando. O mês de julho de 1897, contudo, encontrou os combatentes já sem munição e sem víveres, sofrendo de fome e sede, nítidos candidatos a mais um insucesso. Embora ocorresse pouca deserção, inexistia recomposição de efetivos, sendo que um novo comboio somente chegou a 13 de julho sem, contudo, resolver os problemas existentes. Logística, em resumo.

Aí, então, entra em cena o novo ministro da Guerra, marechal Bitencourt, designado pelo presidente da República com plenos poderes para dar um desfecho final ao conflito. Ele vai pessoalmente a Monte Santo, de onde supervisionaria os trabalhos. Tomando ciência da situação, logo que a grande vulnerabilidade era a ausência de uma adequada estrutura de supri-

mentos. O ministro determinou a reformulação total do apoio logístico, destituindo fornecedores, adquirindo produtos diretamente, negociando preços, organizando bases e linhas de abastecimento com comboios levando os itens necessários até as unidades empenhadas. Estas providências propiciaram o desencadeamento dos ataques, a manutenção das tropas em ação e o término do conflito.

Uma reorganização estabeleceu área de retaguarda, sob comando do general Savaget, passando o comando da 2^a coluna de ataque ao coronel Serra Martins. A 24 de julho a tropa ainda sofreu um contra-ataque jagunço, que foi repellido. A 5 de agosto deu-se a chegada de reforços, com o general Miguel Maria Girard e o general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães (irmão de Artur Oscar), este no comando de forças auxiliares, integrantes das polícias dos Estados do Pará, Amazonas e Bahia. O total presente na frente de combate se elevou a 6.000 homens.

Após as manobras e reposicionamentos, o avanço e as investi-



Fig. 8 – Tropas em ação



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

das finais começaram em 7 de setembro, com a conquista de Fazenda Velha, o fechamento do cerco nos dias 23 e 25, com ataques e conquistas de Cocorobó, Angico e Jeremoabo. A morte de Conselheiro aconteceu em 22 de setembro. Sob bombardeio contínuo, o assalto derradeiro deu-se em 1º de outubro, finalmente ocorrendo a chegada a Canudos. No dia 5 de outubro de 1897, quando morreram os quatro derradeiros defenso-

res do arraial, a revolta chegou ao fim.

No dia seguinte ao fim das operações militares, o cadáver do líder, Antônio Conselheiro, foi exumado e sua cabeça, decepada. Houve destruição de todas as edificações, incendiadas. Uma contagem registrou 5.200 casebres.

O resultado final da refrega foi o aniquilamento completo do arraial, quase toda a população foi exterminada. Sobreviventes apenas os pouquíssimos que conseguiram



fugir e desaparecer em meio ao sertão.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Os insurretos “canudenses” ativos, cerca 10.000 homens (número bastante incerto, estimado), contavam com aproximadamente 5.000 possuidores de alguma experiência de combate. Sua organização era precária, mais resultante de experiências vividas e impulsionados pelas forças do fanatismo religioso. Seu material bélico era débil e variado, fruto do acúmulo anteri-

or de itens adquiridos ou furtados, da fabricação artesanal (pólvora e projetis) e, por fim, suprimentos subtraídos de forças expedicionárias batidas em combates. Nos seus ataques, utilizavam táticas de guerrilha, além de ações de inquietação e retardamento. Conheciam detalhadamente a área onde atuavam.

As tropas governamentais eram despreparadas para tais ações: adestramento falho, não conheciam o terreno, não dispunham de informações sobre o inimigo, atuavam sem coordenação. Além do planejamento deficiente e da falta de logística adequada, usavam

Quadro 1 – Expedições militares contra Canudos

Comandantes	Efetivo	Armamento	Objetivo	Combates	Resultado
Pires Ferreira	107	Fz Mannlicher M1888	Juazeiro	Uauá	Retirada
Febrônio de Brito	557	Fz Mannlicher M1888 Mtr Nordenfelt 11mm Can Krupp C/24 75mm	Canudos	Mulungu Cambaio Tabuleirinho	Retirada
Moreira César Tamarindo	1.300	Fz Mannlicher M1888 Mtr Nordenfelt 11mm Can Krupp C/24 75mm Can Withworth 32	Canudos	Pitombas Angico Fazenda Velha	Debandada
Artur Oscar João Barbosa Cláudio Savaget Miguel Girard Carlos Guimarães	3.000 6.000	Fz Mannlicher M1888 Car Comblain Mtr Nordenfelt 11mm Can Hotchkiss 47mm Can Krupp C/24 75mm Can Withworth 32	Canudos	Fazenda Velha Cocorobó Angico Jeremoabo Canudos	Rendição Destruição

Fonte: Elaborado pelo autor



uniformes não compatíveis com o clima e sem proteção contra os espinhos da vegetação da catinga. De cores vivas, não ofereciam nenhuma camuflagem, pelo contrário, eram facilmente visíveis aos oponentes, que se disfarçavam no ambiente.

Pelo governo, na guerra toda, foi empregado, em combate e em serviços de apoio, um total aproximado de 12 mil homens, entre Exército, Guarda Nacional e policiais de 17 estados.

No geral, o conflito computou cerca de 25 mil baixas, sendo 20 mil mortos (2 mil militares e 18 mil civis) e o restante feridos, desertores, prisioneiros, deslocados e refugiados.

Todos estes são números aproximados, imprecisos, pois as poucas fontes existentes variam bastante.

Um resumo das Expedições que entraram em combate pode ser visto no quadro 1:

CONSEQUÊNCIAS

O retorno das forças foi traumático. No dia 5 de novembro de 1897 uma comitiva presidencial assistia à chegada dos combatentes vindos no navio “Espírito Santo”, que desembarcavam em frente ao Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico Nacional). Uma tropa em forma prestava honras militares, quando um anspeçada (graduação intermediária entre soldado e cabo), Marcelino Bispo de Mello, do 10º Batalhão, armado com uma garrucha, investiu contra o presidente Prudente de Moraes. A arma não disparou e o ministro Bitencourt saiu em defesa, intervindo contra o assassino, retirando-lhe a arma e interpondo-se entre ele e o presidente. Marcelino reagiu com um punhal, ferindo gravemente o marechal, que faleceu logo depois.

Pelos seus feitos durante a campanha, organizando o apoio logístico, Carlos Machado Bitencourt seria posteriormente (Decreto de 5 de abril de 1940) declarado Patrono da Intendência. Esta (na qual este autor se graduou na Aca-



demia Militar e conduziu sua carreira) trabalha, na paz e na guerra, para a manutenção do homem, no atendimento às suas necessidades de vida. É voltada para as atividades de suprimento, transportes e serviços como lavanderia e banho. Nas organizações militares, os intendentess assessoram os comandantes na administração financeira e na contabilidade. Incansável e tenaz, a “Rainha da Logística” realiza um serviço cotidiano e ininterrupto, sendo a satisfação da tropa apoiada o seu maior objetivo.

Importante consequência da campanha foi a necessidade de preparo, por parte do Exército, no sentido de sanar a falta de planejamento na desmobilização dos efetivos empenhados em campanhas. Em seu retorno, muitos não continuaram nas fileiras do Exército e ficaram aguardando medidas de realocação em empregos e ocupações. Acabaram

se “amontoando” no Morro da Providência. Esta elevação, localizada nas proximidades do então Ministério da Guerra, já acomodava antigos escravos libertos, que lá viviam à espera das “providências” que lhes foram prometidas desde a Guerra do Paraguai, quando aqueles alistados receberiam, na volta, variados benefícios como rendas, terras etc. Por tal razão o morro ficou com este nome.

Amontoados em casebres desorganizados e sem nenhuma estrutura, deram origem ao termo “favela” para designar tal categoria de aglomerações de residências precá-

Fig. 9 – Ruínas de “Canudos Velho”



Fonte: Wikimedia/Wikicommons



rias. Na campanha, em Canudos, havia um “Morro da Favela”, local de abundância da *cnidoscolus quercifolius* (faveleira, faveleiro ou mandioca-brava), planta da família das *euforbiáceas*, dotada de espinhos e flores brancas, dispostas em cimeiras. Ela produz um fruto na forma de cápsula, com sementes oleaginosas, semelhantes às favas. Foi muito usada na alimentação dos combatentes, na fome e ausência de outras fontes.

Infelizmente essa deficiência relativa à desmobilização repetir-se ia mais de meio século depois, quando do regresso das tropas enviadas à Itália, compondo a Força Expedicionária Brasileira. Igualmente, neste conflito, avultaram as questões logísticas. Da mesma forma que na Guerra da Tríplice Aliança, onde a falta de adequado apoio logístico foi um dos principais obstáculos. Mas tais questões são outras abordagens, que este autor tem, relatadas em trabalhos específicos.

Quando ao vale do rio Vaza-Barris, no início do Século XX, o arraial foi parcialmente reconstruí-

do, por alguns poucos sobreviventes, em local próximo, vilarejo que recebeu o nome de Canudos, mas em área pertencente ao município de Euclides da Cunha.

Numa visita do presidente Getúlio Vargas, em 1940, foi decidida a construção de um açude naquele lugar, o que inundaria a vila. Assim, ao início das obras, em 1950, os habitantes começaram a abandonar suas casas, dirigindo-se a outras localidades da região. Nesta ocasião, um novo povoado se constituiu junto à barragem em construção, a cerca de 20 km, ocupando uma antiga fazenda chamada Cocorobó (que também fora palco de combates). As águas do Açude de Cocorobó, que teve seu enchimento completo em 1969, fizeram desaparecer esta “segunda Canudos”. As ruínas de algumas edificações de um pequeno bairro, mais elevadas, ficaram fora da inundação, local hoje conhecido como “Canudos Velho”.

Em 25 de fevereiro de 1985, o vilarejo de Cocorobó se emancipou do município de Euclides da Cunha. Na esteira dos acontecimentos



históricos e da “fama” do nome, a nova cidade foi batizada de Canudos e existe hoje. Localizada no chamado “polígono das secas”, conta com mais de 15.000 habitantes, casas de alvenaria, ruas asfaltadas e modesto comércio. Sua principal fonte de renda é a produção de bananas, somada à venda de carne de cabras. Sofre de todas as mazelas que afligem o sertão nordestino brasileiro.

ENSINAMENTOS COLHIDOS

Como lições aprendidas, elencamos os seguintes aspectos, no tocante aos efetivos militares:

- a. tropa empregada com missão indefinida;
- b. carência de informações;
- c. doutrina empregada - da guerra clássica (vigente à época), sendo que no caso o oponente não era um exército regular, mas efetivos civis, mal organizados;
- d. desproporção de meios e tropa não especializada naquele tipo de ação, os efetivos necessitariam de adestramento prévio;

- e. vantagem do defensor, conhecedor do terreno e dotado de capilaridade local, além de algumas parcelas contarem com experiências acumulada no combate;

- f. o suprimento com recursos locais não atendeu às necessidades; ressaltou-se a importância da Logística, peça-chave para qualquer operação militar;

- g. a desmobilização dos efetivos, após o emprego;

- h. emprego de forças do Exército em ações de polícia;

- i. inexperiência em combate em localidades;

- j. prática de bombardeios e incêndios em áreas residenciais.

Nos estudos de aspectos sócio-políticos, destacam-se os seguintes fatores:

- a. insurreições resultantes de pobreza, miséria, carências, fanatismo etc;

- b. pressões políticas por parte de diversas correntes de interesses e pensamentos;

- c. importância das lideranças; tão logo ocorreu a morte do Conselheiro, houve perda da força impul-



sora dos insurretos;

d. fanatismo como energia motivadora; o perigo de lideranças messiânicas;

e. fome, sede e doenças, pressões constantes nas situações de convulsões de combate;

f. deslocamentos de populares fugitivos;

g. cidades bombardeadas e destruídas, acarretando fugas populacionais;

h. autoridades com objetivo de prestar uma “satisfação” à sociedade.

Em suma, a motivação do movimento foi um misto de miséria, desemprego, crise econômica, ausência do Estado, baixo índice educacional. O arraial foi destruído, e os resultados na prática foram mortes, destruição e gastos. Na dura realidade, os reflexos nas estruturas nacionais foi zero - nada mudou! E outros conflitos semelhantes aconteceriam, como por exemplo o “Canudinho de Lages” (localidade de Entre-Rios, Santa Catarina, em agosto de 1897, simultâneo, porém em menor escala)

e a Guerra do Contestado (1912-1916).

BRASIL, MOMENTO ATUAL

Mais de um século é transcorrido desde aqueles anos iniciais da nossa República. No tocante aos aspectos econômicos, o Brasil certamente contabiliza enormes avanços, conforme os indicadores PIB, PIB *per capita* e IDH, além de possuir muito maior inserção mundial. Entretanto, nossa distribuição de renda se encontra entre as piores do mundo e são inúmeros os problemas existentes, como: baixo nível educacional; alto índice de corrupção; estrutura fiscal tributária estapafúrdia, burocracia asfixiante, infraestrutura muito aquém da necessária; degradação ambiental; insatisfações/disputas fundiárias; vazios de poder/ausência do Estado; Justiça lenta e congestionada, incremento de proselitismos religiosos e de ânsias consumistas. São grandes as taxas de criminalidade e de violência, com extensas áreas sob domí-



nio do crime organizado. Interesses estrangeiros (empresas, governos, ONGs) se fazem presentes e, por fim, nosso sistema político não prima pela representatividade e há grave descomprometimento pela maioria dos eleitos. No campo econômico, nossa pauta de exportações segue em imensa maioria composta por produtos de baixo valor agregado, onde “commodities” perfazem 51%.

Assim, um “Raio X” do Brasil, em pleno século XXI mostra grandes indagações em aspectos tais como aplicação de recursos e investimentos em educação, infraestrutura e saúde, além de falta de coordenação entre esferas de governo.

Os principais desafios que se apresentam para o Brasil são reduzir as desigualdades (investir em

educação, gerando emprego e renda), recuperar e modernizar a infraestrutura do País, e aplicar recursos em inovação e desenvolvimento científico-tecnológico. Há ainda que se combater a corrupção e a impunidade e fortalecer o poder militar, com a efetivação de uma sólida base industrial de defesa. Temos que resgatar e elevar o orgulho nacional. E no campo externo, cooperar para a paz e o entendimento entre as nações.

Nos encontramos em uma nova era. Há coisas erradas em nosso País? Sim. São necessárias mudanças? Sim!

Como se pode mudar alguma coisa? Pela força (interna ou externa)? Com novos “Conselheiros”? Ou pelos instrumentos legítimos de um processo educacional amplo e de uma política sadia?



Quadro 2 – Possíveis causas de conflitos

Fontes de conflito/insegurança	Ocorrência no Brasil
Agressões ao meio-ambiente	Sim.
Confrontos ideológicos	Sim: ainda se discute "socialismo-capitalismo" no Brasil, nos moldes dos anos 40, 50 e 60!
Contrabando, descaminho	Sim.
Corrupção, burocracia	Sim.
Desemprego	Sim: solução só com tempo e estratégias eficazes.
Disputas por recursos hídricos	Não: há carências regionais e possibilidade de soluções internas.
Disputas comerciais	Sim.
Disputas fundiárias	Sim.
Disputas por energia	Não, mas poderá acontecer.
Exploração irregular de recursos	Sim: minerais e madeiras principalmente.
Fome	Sim: mesmo com estatísticas não confiáveis, há setores da população atingidos.
Intolerâncias étnicas e/ou religiosas	Não.
Má distribuição de renda	Sim.
Migrações externas irregulares	Emigração, sim; imigração, pouca.
Movimentos migratórios internos	Sim, congestionando áreas urbanas.
Narcotráfico/narcosubversão	Sim: narcotráfico, em proporção crescente, em áreas urbanas.
Neonazismo/neofascismo	Não.
Proliferação de armas	Sim: especialmente armas leves, portáteis; comércio ilegal conectado com o crime organizado e com a corrupção policial.
Regimes ilegais de trabalho	Sim, inclusive infantil.
Separatismo	Não.
Superpopulação	Sim: existe, em áreas urbanas congestionadas.
Terrorismo	Não; mas o crime organizado utiliza técnicas terroristas.
Xenofobia	Não.

Fonte: Elaborado pelo autor

O Brasil está, aos poucos, despertando para seu destino e criando uma base conceitual própria e se estruturando para formular e aplicar estratégias que o con-

duzam ao seu futuro de grandeza. É um longo caminho, porém os primeiros passos estão acontecendo. No entanto, há muitos obstáculos adiante. A carência maior está



nas boas lideranças políticas, que terão possibilidade de emergir em maior intensidade do seio de uma população mais educada, mais homogênea socialmente, mais consciente, confiante em suas instituições e entusiasmada pelo seu progresso. E isso somente ocorrerá quando as gerações de brasileiros se sucederem recebendo amplos investimentos em educação e com o cultivo de sadios valores de patriotismo e nacionalidade.

Um Estado soberano não é somente aquele que detenha a capacidade de definir seus rumos ou que detenha maior poder econômico. O conceito de soberania inclui a capacidade de defesa de seus interesses e, também e, sobretudo, a responsabilidade pelos seus atos - ou pela ausência deles. Um Estado, em não sendo capaz de proporcionar satisfação aos anseios de seu povo, com certeza dará margem ao aparecimento de ilícitos de toda natureza, o que pode ser motivo de turbulências, de desagregação ou até de intervenção por outros Estados, realmente soberanos e mais poderosos. E se for incapaz de usar

racionalmente suas riquezas em prol do bem-estar de seu povo, ou mesmo de defendê-las, poderá tê-las cobiçadas e ameaçadas por terceiros.

CONCLUSÃO

Estudar guerras...por quê? Para conhecer melhor o fenômeno, analisar causas e visualizar consequências, tentar evitar que ocorra novamente. No entanto, se acontecer, não repetir erros. E a melhor atitude é estar preparado para todas as hipóteses.

Soren Kierkegaard (filósofo e teólogo dinamarquês, 1813-1855) afirmou que “A vida só pode ser entendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para frente”.

François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (escritor, ensaísta, deísta e filósofo iluminista francês, 1694-1778), disse que “A História nunca se repete. O homem, sempre”.

Ocorre que como é o homem quem constrói a História, ela acaba



por se repetir, caso ele não a conheça ou não saiba aproveitar os conhecimentos. Fatos semelhantes, portanto, se registram em outras épocas, no mesmo ou em outro local, sob outras circunstâncias e com outros atores. Inclusive e principalmente as guerras.

Os conflitos (e a guerra é o conflito em seu grau máximo) são sempre fonte de malefícios e prejuízos imensos. Preveni-los ou neutralizá-los, minimizando seus efeitos nocivos, é uma responsabilidade de toda a nação. Isso não é nenhuma ideia nova, vem desde Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (estrategista e comandante militar prussiano, 1780-1831), numa incrível atualidade. Segundo suas afirmativas, a nação deve ser defendida pelo soldado e pelo cidadão. Na guerra, o homem comum ombreia com os soldados profissionais.

É forçoso entender que os conflitos atuais, envolvem mais de um dos campos do poder. Atuam o segmento político, a mídia, as forças econômicas e sociais ao lado de forças armadas e auxiliares. Há

desgaste, inclusive e principalmente econômico, mesmo que o panorama aponte para o uso parcial da força, em guerras limitadas (tanto em duração e objetivos quanto em intensidade e meios).

Assim, para se manter a paz, tão necessária para o progresso, é necessário estarmos preparados para a guerra. E a melhor forma de se conseguir isso é, além de investimentos permanentes em pessoas e em meios materiais, estudá-la profundamente.

Se hoje as forças armadas recebem como atividade primordial a defesa do território, sem lutas de conquistas (considerando-se que os países já estejam territorialmente definidos, pelo menos aqui, em nosso ambiente regional), segue válida a assertiva de que o único defensor da soberania nacional é o povo, tanto o segmento civil como o militar.

Mauro Santayana traduz tal relevância desta forma:

Enquanto houver nações, a terra, o sangue e a honra continuarão unidos para dar corpo ao



que chamávamos pátria, e de que nos esquecemos hoje.

Estamos em momento histórico delicado, em que os recursos naturais passam a ser disputados com desespero por todos. As terras férteis e molhadas, de que somos os maiores senhores do mundo, são a garantia da sobrevivência no futuro que está chegando, célere.

Nosso território não nos foi doado. Nós o conquistamos, e sobre ele mantivemos a soberania, com muito sangue e sacrifícios imensos.¹

O segmento armado é elemento essencial à existência de uma nação. Foi e continua sendo protagonista na formação e expansão do estado, na delimitação das fronteiras, no estabelecimento de sua área de influência e na formação da identidade nacional. Nenhum país pode prescindir de Forças de Defesa (aí se incluindo as Forças Armadas, as polícias e demais entidades de segurança), garantes de paz e segurança, instrumentos de dissuasão e prevenção.

O emprego da força como instrumento de resolução de conflitos deve ser a última das alternativas e,

se chegarmos a esse ponto, sem chances de sucesso, o resultado poderá ser fatal.

E, mais importante, Forças Armadas não se improvisam - devem ser mantidas aprestadas e motivadas. Um corolário ancestral dita que “Um exército pode passar um século sem ser empregado; mas não pode ficar um dia sem estar preparado”.

Como diziam os antigos romanos, *si vis pacem, para bellum* (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Canudos, Campanha Militar*. Brasília: EGGCF, 1997.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

BERGO, Marcio T. Bettega. *Explicando a guerra, polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras*. Rio de Janeiro: DECEX/CEPHiMEx, 2013.



BERGO, Marcio T. Bettega. *O Pensamento Estratégico e o desenvolvimento nacional: uma proposta de projeto para o Brasil*. 2 ed. São Paulo: MP Editora, 2008.

BERGO, Marcio T. Bettega. *Projeto Efemérides, dia-a-dia: hoje na história, uma pequena enciclopédia de datas da História Militar Brasileira (no prelo)*.

COSTA. Carla. *Cronologia resumida da Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Museu da República/IBRAM, 2017.

CUNHA. Euclides Rodrigues Pimenta da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*, v. 2. Brasília: EME, 1972.

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/canudos.htm>.

<https://camaracanudos.ba.gov.br/historia-do-municipio/>

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
www.ibge.gov.br.

¹ <http://brasileducom.blogspot.com.br>